



1.ª Comissão Permanente

Comissão de Finanças, Património e Recursos Humanos

5.ª Comissão Permanente

Comissão de Descentralização e Obras Municipais

Reunião do dia 10 de Abril/17

PARECER CONJUNTO

Proposta n.º 143/2017

“Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Carnide para reconversão do Polidesportivo Municipal do Bairro da Horta Nova em Pavilhão Desportivo Municipal e respectiva Minuta de Contrato.”

O Parecer foi **Aprovado** por **Unanimidade** os Grupos Municipais e Deputados Independentes representados ou pertencentes nas/às Comissões

Presidente da 1ª CP - Deputada Irene Lopes

Presidente da 5ª CP – Deputado Miguel Coelho

Relatora ----- Deputada Sofia Oliveira Dias

Relator ----- Deputado João Magalhães Pereira

Proc. _____
ENT 1031 /SG/DAOSM/GAAM/ 17
DATA 10/04/17
Ant. Fernandes



1.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

Finanças, Património e Recursos Humanos

5.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

Descentralização e Obras Municipais

PARECER CONJUNTO sobre a PROPOSTA n.º 143/2017


Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Carnide para reconversão do Polidesportivo Municipal do Bairro da Horta Nova em Pavilhão Desportivo Municipal e respectiva Minuta de Contrato.

Na sequência da entrada na Assembleia Municipal de Lisboa da Proposta n.º 143/2017 e da sua remessa pela Sr.ª Presidente da Assembleia às Comissões competentes em razão da matéria, a Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e a Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais deliberaram emitir Parecer Conjunto, nos termos seguintes:

I – CONSIDERANDOS

1. Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12SET, com a redacção em vigor na sua versão mais recente, a Lei n.º 42/2016 de 28DEZ, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as Freguesias da cidade, a promoção e salvaguarda dos interesses da população, nos domínios dos equipamentos urbanos, de tempos livres e do desporto, da saúde e da promoção do desenvolvimento;
2. A Lei n.º 56/2012 de 8NOV, procedeu à reorganização administrativa da cidade de Lisboa, atribuindo competências próprias às Juntas de Freguesia na área da gestão, conservação e reparação de equipamentos desportivos entre outras e que não relevassem de natureza estruturante para a cidade;

3. A Carta Desportiva de Lisboa define no seu Capítulo 10, **Área Desportiva Útil**, como a área de facto utilizada para a actividade desportiva (cf. al.ª 10.1) da Carta, sendo que a média da cidade de Lisboa verificada à data da sua elaboração era de 1,61 m2 por habitante, tendo Carnide em 2009 uma área desportiva útil de 2,36 m2 ADU por habitante (cf. Quadro 16 de 10.2.1 da CDL), claramente deficitária quando comparada ao padrão europeu adoptado para o desenvolvimento desportivo de 4m2 de ADU/hab (cf. 2.º parágrafo de 10.2 da mesma CDL);
4. O Polidesportivo Municipal do Bairro da Horta Nova situa-se na Rua Herculano Pimentel, no Bairro da Horta Nova, Freguesia de Carnide;
5. Na sua área de influência encontram-se, a uma distância inferior a 400 m, dois estabelecimentos de ensino público – a EB 1 Prista Monteiro e o JI do Bairro da Horta Nova, ambos na Rua Prista Monteiro desse Bairro e a cerca de 600 m encontra-se uma escola da rede privada – o Externato da Luz;
6. Nesta freguesia localizam-se as sedes sociais e/ou instalações, pelo menos das seguintes 8 (oito) entidades do movimento associativo desportivo: Clube Atlético e Cultural, Luz Futebol Clube, Associação Mãos do Mundo e Companheiro, Carnide Clube, Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, Clube de Futebol "Os Unidos", Grupo Recreativo Escorpiões Futebol Clube e Juventude Horta Nova Futebol Clube;
7. Verifica-se a necessidade de proceder à reconversão do Polidesportivo Municipal do Bairro da Horta Nova, actualmente descoberto, num Pavilhão Desportivo Municipal que permita a prática de mais modalidades desportivas e, desta forma, colmatar as carências verificadas ao nível da prática desportiva naquela Freguesia e nas suas confinantes;
8. Pretende-se assim proceder à requalificação deste equipamento desportivo num pavilhão coberto, com dimensões de 20x40m e marcações para as modalidades de *futsal*, *basquetebol*, *ténis* e *voleibol*, para a formação e treino, dispondo ainda de bancada para cerca de 200 pessoas;
9. A requalificação deste equipamento desportivo compreende uma intervenção que ultrapassa a dimensão de gestão corrente ou manutenção/conservação corrente, mas tem sim dimensão de beneficiação, pelo que não se subsume na alínea j) do artigo 12.º da Lei n.º 56/2012, de 8NOV, mas na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12SET, na redacção em vigor, pelo que constitui competência própria da Câmara Municipal de Lisboa.

- 
10. A Junta de Freguesia de Carnide disponibilizou-se porém para proceder às intervenções necessárias à requalificação do Polidesportivo Municipal do Bairro da Horta Nova, por entender existir interesse, relevância e prioridade na reconversão do equipamento em apreço;
 11. A Lei n.º 75/2013, de 12SET, veio estabelecer o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos Municípios nas freguesias, determinando que tais delegações devem ter por escopo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis e bem assim que as mesmas devem ser formalizadas mediante a celebração de Contratos Interadministrativos.
 12. Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;
 13. No âmbito das competências atribuídas por força do disposto nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, vertido na Lei n.º 75/2013, de 12SET e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, pretendem a Freguesia de Carnide e o Município de Lisboa contratualizar a delegação de competências para proceder à realização das obras necessárias à reconversão e requalificação do Polidesportivo Municipal do Bairro da Horta Nova em Pavilhão Desportivo Municipal.
 14. A presente proposta de contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12SET, entre outros, a prossecução do interesse público e a necessidade e suficiência de recursos;
 15. O Orçamento estimado para a reconversão do Polidesportivo em Pavilhão, de acordo com os orçamentos apresentados, será de **499.010,00 € (quatrocentos e noventa e nove mil e dez euros)**;
 16. O valor a transferir pela Câmara Municipal de Lisboa para a Junta de Freguesia de Carnide, no âmbito de Contrato de Delegação de Competências será no máximo de **€ 300.000,00 (trezentos mil euros)**;
 17. De acordo com o quadro legal supra enunciado e atento ainda o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada pela Assembleia Municipal, em 27JAN15, as

propostas de delegação de competências em Juntas de Freguesia, são instruídas com os estudos previstos no n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12SET;




18. Nessa medida foi elaborado pelos serviços municipais, como previsto nesses dispositivos legais, um estudo que se anexa e que se dá, para os devidos efeitos, por integralmente reproduzido;
19. Deverá também ser promovida a obtenção de toda a informação que permita o acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente.

II – ANÁLISE da PROPOSTA

1. A Proposta inclui a Minuta do Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia do Carnide;
2. A Proposta inclui ainda a afectação dos recursos financeiros, no valor global de **€ 300.000,00€ (trezentos mil euros)**;
3. Da celebração do contrato em análise, decorrem as seguintes obrigações:
 - i) A Junta de Freguesia procederá à reconversão do Polidesportivo Municipal do Bairro da Horta;
 - ii) A Junta de Freguesia apresentará relatórios mensais do progresso dos trabalhos desenvolvidos.

III – CONCLUSÕES

1. Reputa-se de particular importância a celebração dos presentes negócios jurídicos que mereceram aliás aprovação unânime em sede de votação em Câmara.
2. A apreciação cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão deste Parecer.
3. A alínea c) dos Considerandos da Proposta cujo texto se repete na alínea c) dos Considerandos do Contrato de Delegação de Competências com a ref.^a 1/CML/DAFD/2017 apresenta, aparentemente, uma interpretação desconforme dos termos da Carta Desportiva de Lisboa.

- 
4. Também o Período de Vigência do mesmo Contrato que, como expresso no n.º 2. da sua Cláusula Nona, se determina ser coincidente com a duração do Mandato da Câmara Municipal de Lisboa que terminará em 30SET do ano corrente, o que poderá causar dificuldades insuperáveis na conclusão atempada das Competências Delegadas.

IV – RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se à Câmara Municipal o seguinte:

1. A continuidade de implementação do número e âmbito destes Contratos inter-administrativos para a execução de obras, gestão de quiosques e quaisquer outras operações de interesse para as populações locais, cuidando na sua distribuição equitativa pelas Freguesias.
2. Em futuros Protocolos de âmbito desportivo, e por forma a evitar erros de interpretação da alínea c) dos Considerandos da Proposta, cujo texto se repete na alínea c) dos Considerandos do Contrato de Delegação de Competências, seja claramente referido que as Freguesias que tiverem uma área desportiva útil inferior a 4 m2/habitante são deficitárias.
3. A Cláusula 9.ª seja alterada e passe a ter a seguinte redação, à semelhança do Protocolo da Proposta n.º 144/2017: “O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes e vigorará até à data da receção definitiva das obras, sem prejuízo de obrigações acessórias que devam perdurar para além deste prazo.”

V – ANEXOS

Os signatários consideraram desnecessária a junção ao presente Parecer de quaisquer outros elementos documentais, nem tal foi solicitado por qualquer Deputado/a ou Grupo Municipal.

Os Grupos Municipais e Deputados/as Independentes representados/as nas Comissões reservam para o Plenário, a expressão do seu sentido de voto.

Este Parecer foi APROVADO por UNANIMIDADE dos Grupos Municipais e Deputados Independentes representados ou pertencentes nas/às Comissões.

Assembleia Municipal de Lisboa, 10 de Abril de 2017

A Presidente da 1.ª Comissão

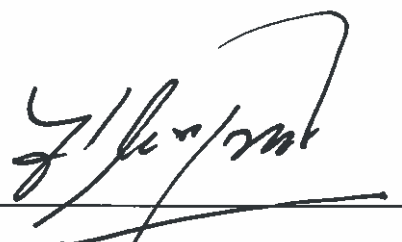
O Presidente da 5.ª Comissão

(Irene Lopes)

(Miguel Mora Coelho)

O Deputado-Relator

A Deputada-Relatora



(João de Magalhães Pereira)

(Sofia Oliveira Dias)